



Representações sociais: a historicidade do psicossocial

Social representations: the historicity of the psychosocial

Lúcia Pintor Santiso Villas Bôas

Doutora em Educação, pesquisadora do CIERS-ed/Fundação Carlos Chagas, professora da Universidade Metodista, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Bernardo do Campo, SP - Brasil, e-mail: lboas@fcc.org.br

Resumo

Este texto pretende discutir a historicidade das representações sociais como aspecto fundamental para a compreensão da reapropriação, na contemporaneidade, de significados historicamente consolidados. Para tanto, considera que as representações sociais são resultado, de um lado, da reapropriação de conteúdos advindos de períodos cronológicos distintos e, de outro, daqueles gerados por novos contextos. Assim, são discutidas, sinteticamente, questões ligadas ao conteúdo e à estrutura representacional, à história do grupo e à memória social de modo a apontar a complexidade da dimensão histórica na tessitura das representações sociais. O artigo se encerra com uma pesquisa que ilustra as possibilidades de análise dessa historicidade.

Palavras-chave: Representações sociais. História. Processos psicossociais.

Abstract

This article aims to emphasize the historicity of social representations as a fundamental aspect for understanding the reappropriations processes, in contemporary society, of historically consolidated meanings. Because of this, it considers that social representations are the result, on one hand, of the reappropriation of contents coming from different chronological periods and, on the other hand, those generated by new contexts. In this perspective, the article briefly discusses some issues relating to the group's history, memory, structural and contents aspects of representations, in order to reveal the complexity of the historical dimension of social representations. The article ends with a survey that illustrates the possibilities for an analysis in this dimension.

Keywords: *Social representations. History. Psychosocial processes.*

Introdução

O estudo da historicidade das representações sociais, não obstante sua importância para a compreensão dos processos de gênese e de construção da estabilidade dos conteúdos representacionais, constitui um aspecto que, sem ser novo, ainda resta pouco explorado, como evidenciam os trabalhos de Bertrand (2002), Castorina (2007), Jodelet (1989), Moliner (2001) e Villas Bôas (2010).

De modo geral, as investigações sobre representações sociais tendem, muito mais, a enfatizar a ação das práticas cotidianas na análise do estado atual de uma dada representação do que seu processo de gênese e de estabilização, em que é fundamental o papel dos determinantes historicamente constituídos.

Em que pese a relevância dessas discussões, a compreensão da dinâmica das representações sociais, bem como dos mecanismos que a compõem, obriga que se analise também sua historicidade, sob risco de considerá-las um fenômeno anistórico constituído em um contexto genérico — o que, de modo geral, tem contribuído para a existência de

pesquisas, tanto no âmbito educacional como em outras áreas, cada vez mais descritivas e pouco interpretativas.

Por outro lado, a consideração dessa historicidade torna-se um campo privilegiado para o exame de categorias temporais, tais como permanência e mudança, associadas ao pensamento social, visto que permite entender e apreender a maneira como o tempo elabora, dinamicamente, processos de reapropriações de significados historicamente consolidados.

Essa característica dinâmica decorre, justamente, do fato de que a permanência, em um contexto atual, de um elenco de “temas” produzidos no passado não implica, necessariamente, continuidade no terreno dos problemas, ou seja, nas “[...] formas específicas de abordagem a partir das quais está sendo reconstruído e compreendido o tema” (GURZA, 2004, p. 69), por se tratar de uma reapropriação.

Esses processos de reapropriações são particularmente observáveis naquilo que Moscovici (2003) denomina de *representações hegemônicas*, caracterizadas por transpassarem os grupos e apresentarem estabilidade estrutural e temporal, ainda que passíveis de mudança, uma vez que se ancoram em crenças e valores culturalmente difundidos, como é o caso, por exemplo, das representações sociais de país. Isso, de certa forma, justificaria a existência de uma “regularidade de estilo” (MOSCOVICI, 2003), uma espécie de continuidade nas categorias de pensamento relacionadas, por exemplo, às narrativas nacionais.

Assim, as representações sociais, ao articularem, com vistas à orientação de comportamentos e à promoção da comunicação entre os indivíduos, tanto os conhecimentos inferidos de uma experiência direta sobre dada situação como aqueles preexistentes, originados em épocas cronológicas distintas, permitem investigá-las, dependendo do objeto a ser analisado, na média e na longa duração, muito embora elas sempre se encontrem associadas ao tempo da curta duração, haja vista sua dependência ao contexto ideológico do momento, ao grau de implicação do(s) grupo(s) que a elabora(m) e à ligação e ao estilo das comunicações partilhadas por ele(s). Esse entrelaçamento das diferentes temporalidades pode ser analisado a partir da consideração dos processos de

objetivação e de ancoragem com o objetivo de transformar em familiar aquilo que é estranho.

Tais matrizes, ao servirem de base para o desenvolvimento de representações, são dependentes das condições sócio-históricas, não podendo, portanto, ser associadas a princípios atemporais, imutáveis e anistóricos, uma vez que são transformadas e reapropriadas na contemporaneidade, o que faz com que o aspecto histórico de um dado objeto representacional não possa ser desconsiderado visto ancorar-se em um universo já constituído que apresenta, portanto, uma historicidade.

Essa reapropriação, longe de ser estática, é permeada por certa plasticidade na medida em que cada geração altera o sentido e a compreensão dos conhecimentos preexistentes e dos significados historicamente consolidados. Ou seja, cada contexto atual seleciona um conteúdo do passado que vai ser reatualizado por meio de um recorte e de uma interpretação própria dependentes, em última instância, do sentido que um determinado grupo atribuirá ao seu espaço de experiência e horizonte de expectativa.

De acordo com Koselleck (2006, p. 306), “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” são categorias formais de conhecimento que fundamentam a possibilidade de uma história sem, contudo, transmitir uma realidade histórica *a priori*, pois “[...] todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem. Com isto, porém, ainda nada dissemos sobre uma história concreta — passada, presente ou futura”.

É desse espaço de experiência, construído por meio do conhecimento histórico produzido, ou vivenciado, que se projetará um futuro em que se estabelece um horizonte de expectativa, horizonte este que

[...] se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não-experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Portanto, da tensão entre experiência e expectativa constrói-se o tempo histórico, constituído no entrelaçamento entre aquilo que se entende por passado e o que se vislumbra como futuro.

Tem-se, portanto, que a historicidade das representações sociais só pode ser apreendida por meio de seu efeito¹ no presente (GADAMER, 2002), à medida que o acesso ao passado é mediado por sua vinculação com o contemporâneo.

História e representações sociais: a complexidade de uma relação

A complexidade do papel da história na tessitura das representações sociais advém da porosidade e da pluralidade de aspectos envolvidos nessa relação e que fazem apelo, sobretudo, ao conteúdo e à estrutura representacional, à história do grupo e à memória.

Assim, em relação ao conteúdo representacional, de acordo com Moliner (2001), as representações sociais tendem a passar por três fases distintas: a fase de emergência, em que há uma mediação entre a existência de determinado objeto e o surgimento de saberes estáveis e consensuais ligados a ele (nessa etapa, os indivíduos buscariam informações sobre esse objeto na tentativa de reduzir sua complexidade em face do estranhamento por ele causado); a fase de estabilidade, em que a representação torna-se um saber consensual (ao menos no núcleo) e operacional sobre um

¹ Faz-se uso da perspectiva da história efetual, teorizada em *Verdade e Método*, por Gadamer (2002) muito embora sua utilização seja pontual. De acordo com esse autor, “[...] quando procuramos compreender um fenômeno histórico a partir da distância histórica que determina nossa situação hermenêutica como um todo, encontramos-nos sempre sob os efeitos dessa história efetual. Ela determina de antemão o que se mostra a nós de questionável e como objeto de investigação, e nós esquecemos logo a metade do que realmente é, mais ainda, esquecemos toda a verdade deste fenômeno, a cada vez que tomamos o fenômeno imediato como toda a verdade” (GADAMER, 2002, p. 449, v. 1).

determinado aspecto do meio social do grupo; e, por fim, a fase de transformação, em que os saberes mais antigos se relacionam com os mais novos.

Nesse sentido, embora as representações sociais articulem tipicamente gênese, estabilidade e transformação, suas fases são mais observáveis em relação aos conteúdos representacionais, o que dificultaria, portanto, indicar um momento específico da história de uma determinada representação, uma vez que ela estaria em constante movimento. O mesmo não ocorreria em relação ao conteúdo da representação social, que mobilizaria processos diferentes dependendo da fase em que a representação se encontra.

Autores como Guimelli e Reynier (1999) advertem que a análise da gênese de uma representação deverá, de um lado, considerar os determinantes do estado atual dessa representação e, de outro, mostrar o papel desses mesmos determinantes na construção de tal estado. Os autores classificam tais determinantes em duas categorias, quais sejam: os determinantes de ordem ideológica e as práticas sociais. Assim, os determinantes de ordem ideológica seriam aqueles relacionados aos valores e às normas específicas existentes em um determinado grupo que irão compor e estruturar uma determinada representação, dando-lhe um sentido em função da rede de significações constituída pela hierarquia de tais valores ou normas. O outro determinante apontado pelos autores consiste nas práticas sociais que teriam um papel fundamental na construção progressiva do estado atual de uma representação, sobretudo pela intervenção em seu processo de transformação.

Em relação à estrutura representacional, o fato de as representações sociais se inscreverem em um referencial de pensamento preexistente permite que sua historicidade seja analisada, por exemplo, por meio do conceito de *thêmata* proposto por Moscovici (2003) e que tem a ver com o questionamento sobre a origem das ideias que geram as representações sociais, e por meio do conceito de *núcleo central elaborado*, sobretudo pela Escola de Aix-en-Provence.

A proposição do conceito de *thêmata* introduz a questão do referencial temporal no estudo das representações sociais à medida que são apresentadas com uma espécie de sentido geral, mas não teleológico,

localizáveis histórica e socialmente. As referências ao historiador Fernand Braudel, especialmente em relação ao conceito de *longa duração*, permitem situar as representações em um passado que, mesmo distante, é constitutivo de sua dinâmica, tornando possível uma pesquisa do tipo genealógico, embora não se possa esquecer o fato de que “toda representação social é constituída como um processo em que se pode localizar uma origem, mas uma origem que é sempre inacabada, a tal ponto que outros fatos e discursos virão nutri-la ou corrompê-la” (MOSCOVICI, 2003, p. 218).

De acordo com Moscovici (2003, p. 224), os *thêmata* expressam uma “regularidade de estilo”, ou seja, se apresentam como uma espécie de permanência de certas temáticas no cotidiano da vida social por meio de uma “[...] repetição seletiva de conteúdos que foram criados pela sociedade e permanecem preservados pela sociedade. Eles se referem a possibilidades de ação e experiência em comum que podem se tornar conscientes e integradas em ações e experiências passadas”.

Os *thêmata* transmitiriam uma espécie de sentido geral que ultrapassa indivíduos e instituições, estando ligados, portanto, à longa duração, e pretendendo, de certa forma, dar conta da generatividade das representações sociais, o que confere um peso ainda maior a seus processos de formação, sobretudo o de ancoragem.

Ainda que a relação com a média e a longa duração não esteja tão evidente, a preocupação com a “permanência” de determinadas temáticas na composição das representações sociais pode ser observada também nos trabalhos desenvolvidos pela Escola de Aix-en-Provence no âmbito da vertente estrutural da teoria, em que a estabilidade dos elementos que formam uma representação é analisada. De acordo com seus estudos, pode-se afirmar, em linhas gerais, que as representações sociais são orientadas por um duplo sistema (central e periférico) em que o sistema central, ligado às condições históricas, sociológicas e ideológicas, desempenharia um papel mais estável e duradouro nas representações sociais, e o sistema periférico, por ser mais flexível, possuiria a propriedade de modificar-se mais facilmente, assumindo uma função de “proteção” do sistema, visto que permite a adaptação a uma dada situação, sem que isso implique a

modificação do núcleo central. Desse modo, sua determinação está mais ligada ao contexto imediato e às características individuais.

Seguindo essa linha de argumentação, o “núcleo central” — componente mais estável das representações sociais — é utilizado pelos indivíduos como referência para orientar suas apreensões e percepções sobre a vida social. Nesse sentido, para pôr termo a uma determinada representação, faz-se necessário promover uma ação direta em seu núcleo, uma vez que ele corresponde à parte mais permanente do sistema que não tende a se modificar, mesmo que a informação recebida o contradiga, haja vista que ela termina por ser interpretada de acordo com esse núcleo central.

A existência, portanto, de um sistema resistente à mudança na base das representações sociais aponta uma “historicidade estrutural” que interage com as condições sociológicas e normativas de uma dada sociedade servindo como “guia para ação”. Tais traços históricos, relacionados tanto com a história do objeto como com a história do grupo e transmitidos por meio da memória, se entremeiam com o presente forjando os quadros estruturantes das representações sociais.

Além da historicidade do próprio conteúdo das representações sociais, há ainda a história do grupo que as compartilha, uma vez que a forma, o conteúdo e o sentido das representações variam conforme os grupos sociais existentes. Essas variações podem ser investigadas a partir de três dimensões basilares: primeira, denominada *dimensão informativa*, refere-se à quantidade, ao tipo, à organização e à comunicação das informações que o sujeito social possui acerca de um dado objeto; a segunda, denominada *campo da representação*, diz respeito à estrutura, à organização e à hierarquia das proposições relativas a esse objeto; e a terceira corresponde à dimensão atitudinal, ou seja, a atitude favorável ou desfavorável perante o objeto, incluindo as implicações emocionais que ele desperta (ÁLVAREZ, 2004).

São essas três dimensões articuladas que se transformam em instrumento de interpretação da realidade atrelado a uma necessidade de adaptação e de manutenção do equilíbrio sociocognitivo que configura, ao sujeito coletivo, uma identidade social, e é justamente por causa dessa necessidade que as representações apresentam funções sociais ligadas tanto

à relação sujeito–objeto quanto à interação social a partir de descrição, classificação e explicação da realidade.

É preciso observar, ainda, a configuração conjuntural e estrutural dos grupos em relação ao objeto das representações sociais. Na configuração conjuntural, os grupos se formam antes da elaboração de uma dada representação de modo que a história anterior do grupo, suas experiências, seus valores, intervêm em sua constituição. Já na estrutural, a existência mesma do grupo encontra-se intimamente ligada ao objeto representacional (MOLINER, 2001). Assim, independentemente dessas configurações, a inscrição temporal da representação acaba sempre por relevar a constante interação entre o objeto representado e a estrutura social que o representa, visto que, se um dado objeto está inscrito na história de um determinado grupo, suas representações sociais poderão ser mantidas, ainda que o objeto tenha perdido todo seu valor social (ROUSSIAU; BONARDI, 2002). Contudo, não é por ser antigo que determinado objeto representacional conserva uma espécie de cota ligada à história do grupo, fato que revela a complexidade dessa relação.

Embora os conteúdos representacionais sejam ancorados no passado, sua manutenção no presente só é realizada por meio de uma atualização seletiva assegurada pelas relações mantidas com a memória social.

Um dos exemplos mais contundentes da tríade história/memória/representações sociais é a pesquisa realizada por Jodelet (1989), na década de 1970, sobre as representações sociais da doença mental em uma comunidade rural francesa, na qual a autora mostra como certas conjunturas sociais permitem uma reativação de teorizações historicamente situadas e que se manifestam sob a forma de memória social, como é o caso, por exemplo, da ideia de que a loucura é transmissível e que seu contágio ocorre por meio dos líquidos do corpo (saliva, suor etc.), o que remonta a teorias ancestrais, de longa duração portanto, segundo as quais, o corpo seria regido pela articulação de seus diferentes líquidos.

Configurando-se atualmente como um vasto campo de estudos, que não encontra espaço aqui para ser discutido ou mesmo apresentado, o debate entre história e memória está longe de ser consensual. No âmbito

da psicologia social, em que a abordagem de Maurice Halbwachs, em seu estudo sobre os quadros sociais da memória, ainda é uma referência importante, Haas e Jodelet (2007) pontuam a dificuldade atual de encontrar definições consensuais a respeito de memória social e/ou memória coletiva, muito embora haja uma concordância de que ela é partilhada em uma coletividade e constituída nos processos sociais, como a comunicação social.

No âmbito dos historiadores é, sobretudo, desde a década de 1980 que a memória vem se tornando objeto de estudo. De acordo com Nora (1984), embora memória e história estejam imbricadas, elas possuem naturezas distintas; ou seja, enquanto a memória apresenta uma pretensão de “fidelidade” ao passado e cuja finalidade é lutar contra o esquecido, a história apresenta uma pretensão de veracidade com o objetivo de compreender o passado.

Também Carretero et al. (2007) corroboram dessa distinção ao afirmarem que “[...] enquanto a primeira [memória] vincula-se com o experimentado pessoalmente (como acontecimentos vividos ou relatos recebidos), a segunda [história] vai muito além do caráter individual ou plural da pessoa que recorda [...]” (p. 28), dado que

[...] a história não se preocupa apenas com o uso atual das lembranças herdadas, mas tem entre seus imperativos ser verídica (apoiar-se sobre evidência empírica do passado) e buscar ativamente as lembranças esquecidas, o dar conta de todo o sucedido, descrevê-lo e explicá-lo (CARRETERO et al., 2007, p. 29).

Tal ideia é relativizada por Ricoeur (2000), pois a memória é apresentada como matriz da história. Não cabe aqui estender sobre a complexidade da relação entre conteúdo e estrutura representacionais, história do grupo e memória. Importa, contudo, ressaltar que, para além das diferentes posições, o fato de as representações sociais se constituírem com base em conhecimentos prévios e articular, indissociavelmente, uma dimensão individual e uma sociocultural — e, portanto, articular conteúdo e estrutura representacional, história do grupo e memória — mostra que, embora distintos, esses aspectos não são independentes e se

constituem, por meio de múltiplas e complexas variações, como elementos intrínsecos às representações sociais.

Feitas essas considerações e visando fornecer subsídios empíricos para a discussão que vem sendo realizada, apresenta-se, a seguir, o recorte sintético de uma pesquisa que, ao discutir ideias de diversidade associadas a uma forma de representar o Brasil, exemplifica as possibilidades de análise da historicidade das representações sociais.

Representações sociais de Brasil: a historicidade da diversidade racial e natural

A pesquisa *Brasil: ideia de diversidade e representações sociais* (VILLAS BÓAS, 2010) situa-se entre os poucos trabalhos que articulam história e representações sociais. Um dos objetivos do estudo foi analisar as representações sociais de Brasil associadas à diversidade privilegiando aspectos convergentes entre o conteúdo representacional contemporâneo e a produção historiográfica do século XIX, período em que, ao sistematizar um conjunto de discursos sobre a singularidade do país, delineou-se uma narrativa sobre a nação que, ainda hoje, orienta o senso comum sobre o país.

A escolha da diversidade foi baseada na análise da produção textual de 1.029 universitários dos cursos de Enfermagem, Engenharia, Medicina, Pedagogia e Serviço Social das cinco regiões brasileiras para um estudo sobre imaginário do Brasil, coordenado por Sousa e Arruda (2006). Nesse estudo, o exame de duas questões (“Por que você acha que isso tudo é Brasil?” e “O que, para você, diferencia o Brasil dos demais países?”) que não se referiam à diversidade permitiu a identificação desta como um dos eixos organizadores das representações sociais de país.

Os campos semânticos identificados na produção dos universitários como associados à diversidade foram ampliados por meio do recurso aos dicionários permitindo a construção de um quadro associativo da ideia contemporânea de diversidade. A partir daí, buscou-se, investigar se a ideia de diversidade já estava presente e que formas ela assumia

na produção historiográfica do século XIX, sendo analisadas as obras dos seguintes autores: Martius ([1845] 1982), Varnhagen ([1854] 1975), Macedo ([1864] 1905) e Celso (1901)².

A escolha desses autores decorreu, basicamente, de dois aspectos: o primeiro deles deriva do fato de que é no período do Oitocentos que, ao organizar o Estado nacional, sistematiza-se um conjunto de ideias sobre a singularidade do país que, na tentativa de explicá-lo e entendê-lo, dará origem a uma história oficial que representará a diversidade como unidade construindo as bases daquilo que hoje também nos constitui. O segundo aspecto decorre da própria característica abrangente com que essas obras discutem o Brasil, ou seja, embora elaboradas em um contexto histórico específico, elas permitem investigar a historicidade das representações sociais de Brasil a partir não da análise das práticas sociais, mas dos “determinantes ideológicos” (GUIMELLI; REYNIER, 1999) construídos historicamente.

Escolhidas as fontes, foi necessário elaborar uma matriz de interpretação, uma vez que não se poderia procurar, nas obras do século XIX, as palavras atualmente associadas à diversidade, sob risco de incorrer em anacronismos. Então, montou-se uma lista de associações a fim de identificar seu contexto de uso no Oitocentos por meio da consulta a dois dicionários de uso corrente na época.

Em seguida, foi realizado um fichamento das fontes, selecionando os trechos em que apareciam explicitamente os termos da lista de associações conotativas desses termos. Todo esse procedimento foi embasado, teoricamente, pelas perspectivas da história efetual (GADAMER, 2002) e da história dos conceitos (KOSELLECK, 2006), que permitiram estabelecer indicadores que considerassem as delimitações conceituais tanto da contemporaneidade como de épocas passadas em relação à diversidade.

A partir daí, foi realizada uma comparação entre esse diferente *corpus* de modo a investigar as variações históricas dos campos semânticos associados à diversidade. Dentre esses, será destacada a questão da

² *Porque me ufano de meu paiz* foi escrito por Affonso Celso no final do século XIX, embora só tenha sido publicado em 1901.

diversidade racial e natural, de modo a evidenciar as reapropriações, no presente, de significados historicamente consolidados.

A análise dos dados indicou que a diversidade racial aparece relacionada à “mistura racial” caracterizada pela integração das diferenças, conforme indicam os seguintes excertos das respostas dos universitários:

A miscigenação de culturas, raças, falares. É o que nos faz ser diferentes, mas que, em nossas diferenças nos tornamos iguais (Enfermagem, Centro-Oeste).

Além de inúmeras culturas espalhadas em um único país, há a fusão de todas as raças e o estabelecimento de uma identidade, a identidade brasileira, que é singular e torna o Brasil um país único (Medicina, Sul).

De fato, a ideia de “mistura das raças”, como eixo formador de uma interpretação para a história do Brasil, foi proposta, formalmente, no projeto *Como se deve escrever a história do Brasil*, escrito por Martius ([1845] 1982) e premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1844, como o melhor trabalho do concurso de mesmo nome. Para esse autor, o que caracterizava o Brasil não era sua natureza, mas, justamente, sua composição racial, considerada por ele como peculiar.

Respondendo, de certa forma, àqueles que partilhavam da tese das teorias raciais europeias que viam, na miscigenação, a causa de todos os males do país, Celso (1901) a coloca como um dos motivos de orgulho, fundamentando-a, sobretudo, em dois aspectos que podem ser aqui descritos como síntese e harmonia. O primeiro refere-se à ideia de que o mestiço, produto dessa fusão, conteria a síntese das características positivas presentes em cada raça que lhe deu origem, o que vai na direção oposta de duas ideias presentes no Oitocentos: a de que ele seria incapaz ou fraco por ser híbrido e a tendência de hierarquizar a contribuição de cada uma das “raças”, como fizeram, por exemplo, Martius ([1845] 1982) e Varnhagen ([1854] 1975).

O segundo aspecto, que trata a mestiçagem como fator de harmonia, deve-se ao fato de sua ocorrência indicar uma capacidade, própria dos brasileiros de harmonizar as diferenças: “Homens de não importa que

procedência encontram também no Brasil, escolhendo zona, meio adequado para prosperar. Negros, brancos, peles-vermelhas, mestiços vivem aqui em abundância e paz” (CELSONO, 1901, p. 10). Essa capacidade habita ainda hoje o senso comum dos universitários pesquisados, haja vista que são várias as respostas que expressam essa harmonização, por exemplo:

A mistura de raças, credos e culturas, pois aqui convivem pacificamente pessoas que em seu país de origem viveriam em eterno conflito (Serviço Social, Sudeste).

A miscigenação de culturas, raças, falares. É o que nos faz ser diferentes, mas que em nossas diferenças, nos tornamos iguais (Enfermagem, Sudeste).

Não obstante a ideia de “raça” ter passado por diversas reelaborações que impedem analisá-la como um mero reflexo das teses raciais do século XIX, as respostas dos universitários indicam que a questão racial, sobretudo a de sua fusão, associada, atualmente, à diversidade, ainda é um elemento significativo na organização das representações sociais de Brasil. Contudo, a problemática racial, como conflito, não está presente, passando a compor o que Ortiz (2006) denomina de “ideologia da harmonia” e que se justificaria pelo fato de que o “[...] problema já havia sido ideologicamente equacionado nos anos 30, o povo brasileiro sendo de uma vez por todas definido pelo cruzamento das raças” (ORTIZ, 2006, p. 92).

Outro aspecto associado, significativamente, à diversidade refere-se à “natureza”, incluindo-se aí às riquezas e belezas naturais, conforme pode ser observado nas seguintes respostas dos universitários:

O Brasil se diferencia dos outros países basicamente na questão territorial, apesar de não ter grande destaque por motivo de concentração de terra e de uma reforma agrária que não condiz com o país, isto na questão econômica (Pedagogia, Nordeste).

A grande concentração de reservas florestais. A biodiversidade devido à localização geográfica e ao clima dos trópicos (Serviço Social, Sudeste).

O que diferencia é a riqueza natural que ainda possuímos na totalidade de nosso território. Além dos recursos naturais como o petróleo, os rios com queda de água, a diversidade da fauna e da flora etc. (Serviço Social, Nordeste).

A produção discursiva analisada coincide com as características daquilo que Carvalho (1998) denominou de *tradição edênica*, ou seja, a cristalização de uma visão de Brasil fundamentada na ideia de natureza paradisíaca e que se espelha em elementos como: riquezas naturais, diversidade da fauna e flora, clima agradável, reservas florestais, ausência de furacões e maremotos etc., já presentes nas fontes históricas estudadas.

Evidentemente, não se pode negar a extensão territorial do país ou a existência de riquezas e belezas naturais. O problema é que essa representação acaba sendo imobilizadora, posto que contemplativa, como se a exaltação da natureza paralisasse a realização da ação humana, da cultura, algo que não passou despercebido por Varnhagen ([1854] 1975) ao observar que: “Apesar de tanta vida e variedade das matas-virgens, apresentam elas um aspecto sombrio, ante o qual o homem se contrista, sentindo que o coração se lhe aperta, como no meio dos mares, ante a imensidão do oceano” (p. 16, t. 1). Nesse sentido, o predomínio dessa exaltação da natureza se deve à ausência de outros motivos para se orgulhar (CARVALHO, 1998).

O fato de diversidade, enquanto eixo organizador das representações sociais de Brasil, estar associada às ideias de raça e de natureza exemplifica aquilo que Shumway (2005) denomina de *ficções orientadoras*, conceito desenvolvido em *La invención de la Argentina*, em que ele discute como, nesse país, determinadas ficções estruturaram a criação de um “espírito nacional” fundamentado nas discussões travadas entre os intelectuais do século XIX. De acordo com esse autor, “as ficções orientadoras das nações não podem ser provadas e, em realidade, são criações tão artificiais como ficções literárias. Mas são necessárias para dar aos indivíduos um sentimento de nação, comunidade, identidade coletiva e um destino comum nacional” (p. 14-15).

Interpretar a diversidade racial e natural como ficção orientadora implica atribuir-lhe também uma função social, haja vista que a ideia de mistura e, conseqüentemente, de tolerância racial que lhe é correlata, acaba por encobrir os conflitos e ressaltar a unidade nacional por meio da mitigação das diferenças sociais.

Assim, o que designamos hoje de *diversidade* é reapropriação, ainda que não exclusivamente, da configuração de significados que, no século XIX, recebiam outra extensão semântica (*variedade*, *variegado* etc.), o que só foi possível observar ao se considerar a historicidade das representações sociais a partir da perspectiva da história dos conceitos (KOSELLECK, 2006). Esta, embora com uma utilização bastante pontual, permitiu identificar, em relação aos conteúdos representacionais, não apenas os significados que correspondem a determinados traços lexicais, mas também os traços lexicais cujo “estado de coisas” por eles referidos já se alteraram, indicando também que, não obstante os problemas formulados pelos universitários sejam diferentes daqueles elaborados pelos autores aqui examinados, existe uma “estrutura de repetição” (KOSELLECK, 2006) que se mantém estável independente do contexto histórico.

Considerações finais

Com o exemplo desta pesquisa, fica claro que a composição das representações sociais de Brasil associadas à diversidade baseia-se em um sistema que visa orientar comportamentos e interpretar a realidade, mas que, ao mesmo tempo, se constrói sobre os efeitos de um conteúdo já pensado. Nesse sentido, não se trata de postular que as respostas dos estudantes se configuram, meramente, como uma transposição para o presente das ideias constituídas ao longo do Oitocentos. Ao contrário, trata-se antes de indicar a existência de estruturas de pensamento que orientam uma forma de representar o Brasil e que tem efeitos na atualidade, apesar de ser outro o contexto histórico de sua produção, o que faz com que, evidentemente, essas ideias sejam reapropriadas e reinterpretadas com o passar do tempo.

A existência de uma regularidade de conteúdo presente na produção textual dos universitários sobre as representações de país sinaliza a necessidade de estabelecer um diálogo permanente entre a teoria das representações sociais e aspectos que envolvam sua historicidade, de modo a compreender como as representações sociais contemporâneas são impactadas por conteúdos que vêm se constituindo em outras épocas históricas, aspectos ainda pouco explorados no âmbito da teoria.

Referências

ÁLVAREZ, J. El contexto social y teórico del surgimiento de la teoría de las representaciones sociales. In: ROMERO, E. (Ed.). *Representaciones sociales: atisbos, cavilaciones del devenir de cuatro décadas*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004. p. 29-53.

BERTRAND, V. Dimension historique des représentations sociales: l'exemple du champ sémantique de la notion d'exclusion. *Bulletin de Psychologie*, v. 55, n.5, p. 497-502, sept./oct. 2002.

CARRETERO, M. et al. Ensinar história em tempos de memória. In: CARRETERO, M. et al. (Org.). *Ensino da história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 13-30.

CARVALHO, J. M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-9091998000300004&script=sci_arttext&tlng=>. Acesso em: 18 set. 2012.

CASTORINA, J. A. Um encontro de disciplinas: a história das mentalidades e a psicologia das representações sociais. In: CARRETERO, M. et al. (Org.). *Ensino da história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 75-88.

CELSO, A. *Porque me ufano do meu paiz*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. – Editores, 1901.

GADAMER, H-G. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 2 v. (Pensamento humano).

GUIMELLI, C.; REYNIER, J. Structuration progressive d'une représentation sociale: la représentation de l'infirmière. In: ROUQUETTE, M-L.; GARNIER, C. (Dir.). *La genèse des représentations sociales*. Montréal: Nouvelles, 1999. p. 171-181.

GURZA, A.. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*. São Paulo: Globo, 2004.

HAAS, V.; JODELET, D. Pensée et mémoire sociales. In: PÉTARD, J-P. (Dir.). *Psychologie sociale*. 2. ed. Rosny: Bréal, 2007. p. 117-162.

JODELET, D. Pensée sociale et historicité. *Technologies, Idéologies, pratiques, numéro spécial Psychisme et histoire*, v. 8, n. 1-4, p. 395-405, 1989.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

MACEDO, J. M. de. *Lições de história do Brasil: para uso nas escolas de instrução primária*. Paris: Garnier, 1905. Publicado originalmente em 1864.

MARTIUS, C. F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: MARTIUS, C. F. P. von. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. Transcrito da Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 24, jan. 1845.

MOLINER, P. Formation et stabilisation des représentations sociales. In: MOLINER, P. (Dir.). *La dynamique des représentations sociales: pourquoi et comment les représentations se transforment-elles?*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2001. p. 15-41.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NORA, P. (Dir.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. v. 1

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RICOEUR, P. *La mémoire, l'histoire et l'oubli*. Paris: Le Seuil, 2000.

ROUSSIAU, N.; BONARDI, C. Quelle place occupe la mémoire sociale dans le champ des représentations sociales? In: LAURENS, S.; ROUSSIAU, N. (Dir.). *La mémoire sociale: identités et représentations sociales*. Rennes: PUR, 2002. p. 33-49.

SHUMWAY, N. *La invención de la Argentina: historia de una idea*. Trad. César Aira. 6. ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 2005.

SOUSA, C. P.; ARRUDA, A. (Coord.). *Imaginário e representação social de jovens universitários sobre o Brasil e a escola brasileira*. Relatório de pesquisa apresentado à Fapesp. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2006. Mimeografado.

VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. 8. ed. integral. São Paulo: Melhoramentos/MEC, 1975. 5 v. Originalmente publicado em 1854.

VILLAS BÔAS, L. P. S. *Brasil: ideia de diversidade e representações sociais*. São Paulo: Annablume, 2010.

Recebido: 04/02/2013

Received: 02/04/2013

Aprovado: 24/02/2014

Approved: 02/24/2014